



FOLHA DE METAL



www.metalcampinas.org.br - ANO XIX - Nº 405 - 17 de Março de 2023

Mais informações, acesse
nossa página através do QR CODE



www.metalcampinas.org.br

Acesse também nosso canal no Youtube
 /metalcampinas

**TRABALHADORES
FRANCESES
PROTESTAM CONTRA
A REFORMA DA
PREVIDÊNCIA**

Pág. 2

**ESTUDANTES
PROTESTAM CONTRA
NOVO ENSINO MÉDIO**

Pág. 2

**VAMOS DECIDIR OS
RUMOS QUE NOSSO
SINDICATO TOMARÁ NO
PRÓXIMO PERÍODO!**

Pág. 3

**TERCEIRIZAÇÃO FEZ
TRABALHADOR VIRAR
ESRAVO NAS
VINÍCOLAS GAÚCHAS**

Pág. 3

**MULHERES RECEBEM
CERCA DE 20% MENOS
DO QUE HOMENS**

Pág. 4

**REVISÃO DO FGTS
PODE SER VOTADA
EM 20 DE ABRIL**

Pág. 4

**LUTAS FUTURAS
EXIGEM
UNIDADE
PARA VENCER
DESAFIOS**

SE LIGA!

Reino Unido faz maior greve geral em uma década

Professores, funcionários públicos e dos serviços de transporte público param nesta quarta-feira (1º). Eles pedem aumento de salário compatível com crescimento do custo de vida no país.

01/02/2023



Sindicatos falam em "mobilização histórica" em França

08/03/2023



O elo entre as joias e a refinaria da Petrobras

FUP solicita ao MPF inquérito para apurar a relação entre joias e a venda da refinaria baiana Rlam

13/03/2023



Reforma da Previdência

Trabalhadores protestam na França

Objetivo do governo Macron é aumentar idade mínima para 64 anos, mas a maioria dos trabalhadores nesta faixa etária está desempregada

Milhões de trabalhadores franceses lotaram as ruas em mais uma jornada de manifestações contra a reforma da previdência que foi analisada na semana passada pelo parlamento francês. O objetivo da reforma da previdência francesa é aumentar a idade mínima para a aposentadoria dos atuais 62 para 64 anos.

Assim como no Brasil, o governo francês está impondo a idade mínima, sem se preocupar em melhorar as condições de trabalho e as condições físicas e psicológicas para que esses trabalhadores consigam continuar produzindo com o avanço da faixa etária. Também não se preocuparam em criar políticas públicas para garantir a empregabilidade ao longo de toda a vida.



Revogação das reformas já!

Por isso é tão importante pressionarmos o governo Lula pela revogação das reformas trabalhista de 2017, e da Previdência, de 2019.

Como a trabalhista nunca cumpriu o que prometeu, não gerou empregos e pior concen-

trou ainda mais a renda nas mãos de poucos, aumentando a informalidade e a desigualdade social, daqui a pouco, alegando queda na arrecadação e rombo na previdência vão tentar impor a exemplo da França uma nova idade mínima, ainda mais alta do que temos hoje. **Você vai pagar pra ver?**

Estudantes protestam contra Novo Ensino Médio

No dia 15, o Sindicato saiu às ruas do Centro de Campinas juntamente com estudantes e professores na Mobilização Nacional pela Revogação do Novo Ensino Médio.

O NEM virou lei em 2017 e vem sendo implantado nas escolas públicas nos estados desde 2022.

Retrocesso no ensino público

Numa tentativa de enfraquecer o pensamento crítico e as oportunidades de acesso ao ensino superior, o NEM impõe um esvaziamento no currículo ao reduzir a carga horária de disciplinas essenciais como química, física, história, sociologia, filosofia e artes, e implementar outras como

“Projeto de Vida”, “Mundo do Trabalho” e “Tecnologias Digitais” que nada acrescentam sequer ao ENEM.

Tudo isso sem levar em conta a estrutura das escolas, desvalorizando a formação dos professores, e ignorando a opinião dos estudantes e familiares, que veem a diferença curricular entre escolas particulares e públicas e o abismo frente as oportunidades futuras se aprofundarem.



Vamos decidir os rumos que nosso Sindicato tomará no próximo período!

Fase 2 será realizada em Indaiatuba e participação é requisito para Fase Final, no dia 16/04, em Campinas

Na Fase 1, em Hortolândia, foram apresentadas as teses da Frente Sindical Popular e Socialista, da CSP-Conlutas, da Intersindical e da Alerta Metalúrgicos.

A plenária votou pela tese da FSPS como Tese Guia.

Agora, as propostas de Emendas à Tese Guia serão debatidas e votadas nas Fases 2 (Indaiatuba) e Final (Campinas).



FOTOS: ROBSON B. SAMPAIO

INDAIATUBA

26/03

Domingo das 9h às 12h

✓ Continuação dos debates das propostas de emendas à Tese Guia

Rua José da Silva Maciel, 218 Jd. Morada do Sol (antiga Rua 05, atrás da Padaria Gianini)

CAMPINAS

16/04

Domingo das 9h às 14h

✓ Debate final das Emendas
✓ Votação das Resoluções
✓ Encaminhamento de Moções

Local: a definir

Mais informações, acesse o site do Sindicato: www.metalcampinas.org.br



Lembramos que para participar como delegado da Fase Final, em Campinas, é necessária a participação em pelo menos uma plenária anterior (Hortolândia e/ou Indaiatuba).

As propostas de Emendas à Tese Guia a serem debatidas na Fase 2 (Indaiatuba) devem ser enviadas à Imprensa do Sindicato até às 13h do dia 23.



Terceirização fez trabalhador virar escravo nas vinícolas gaúchas

Um grupo de trabalhadores que fugiu de um alojamento de vinícolas gaúchas denunciaram e o Ministério do Trabalho, a PFe e a PRF descobriram mais um esquema de trabalho escravo.

No total, 206 trabalhadores, que foram recrutados por uma empresa terceira para colher uvas na cidade de Bento Gonçalves (RS) estavam submetidos à situação análoga à escravidão. Eles sofriam sessões de choque elétrico, consumiam comida estragada, e trabalham até 16 horas diárias.

Segundo relatos dos trabalhadores resgatados, a maioria foi espancada, humilhada, violentada e ameaçada por homens

armados que os vigiavam.

A Fênix Serviços de Apoio Administrativo, empresa terceira que prestava serviços às vinícolas Aurora, Salton e Cooperativa Garibaldi, também transformava os trabalhadores reféns de dívidas, com compras de mantimentos a preços extorsivos, transporte e alimentação em viagens entre o estado de origem dos trabalhadores, majoritariamente a Bahia, e a Serra Gaúcha.

Convenção tem poder de barrar a terceirização

A Lei nº 13.429/2017, conhecida como Lei da

Terceirização ou minirreforma trabalhista, foi sancionada por Temer e liberou geral a terceirização no Brasil.

Porém, entre as cláusulas das nossas Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho está a proibição da terceirização nas atividades-fim das empresas, ou seja, na produção.

Por isso, nosso Sindicato luta tanto para manter assinadas as Convenção e/ou ACT. Mas que ninguém se engane: o Sindicato sozinho não vai fazer o patrão assinar a Convenção.

Você trabalhador tem que fazer parte dessa luta, sindicali-

zando-se, e participando de assembleias e mobilizações na fábrica em que trabalha.

Também temos de lutar para que o governo Lula revogue a Lei da Terceirização.

A exemplo dos trabalhadores que fugiram em grupo do trabalho escravo nas vinícolas gaúchas: sem unidade e sem luta, não haverá conquistas!



8 de Março

Mulheres recebem cerca de 20% menos do que homens



No mês destinado à conscientização sobre as lutas históricas das mulheres por igualdade de oportunidades e de direitos, a diferença salarial entre homens e mulheres continua causando indignação e revolta pela discriminação de gênero.

Além de permanecerem quase que exclusivamente responsáveis pelo trabalho não remunerado, como os afazeres domésticos e os cuidados com crianças e idosos, no mercado de trabalho remunerado as mulheres ainda têm de trabalhar 4 meses a mais que os homens para receberem o que eles recebem por ano, segundo o IBGE.

Recorte de gênero dentro da classe trabalhadora

Nas regiões consideradas mais pobres e onde os salários são mais baixos, como norte e nordeste, a diferença salarial entre

homens e mulheres é menor.

Já nas regiões onde as oportunidades no mercado de trabalho remunerado são maiores, a diferença salarial aumenta. A região sul é a que tem a maior diferença salarial.

Isso só reforça a tese de que as mulheres sofrem com o machismo dentro e fora de casa.

Dentro, porque ainda são vistas como as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos, ficando com pouco tempo ao trabalho remunerado. Fora, ou seja, no mercado de trabalho remunerado, mesmo sendo as únicas responsáveis pelo sustento de seus lares continuam sendo vistas da mesma forma pelos patrões, e discriminadas em suas funções e remunerações.

Nesta luta, há um longo caminho percorrido, e outro longo caminho pela frente. Portanto, não podemos perder tempo!



Direitos das mulheres avançam com série de medidas

O governo federal vai enviar ao Congresso um Projeto de Lei tornando obrigatória a igualdade salarial entre homens e mulheres que exerçam a mesma função. Também vai ratificar a Convenção 190 da OIT, que reconhece a todas as pessoas o direito a um mundo do trabalho livre de violência e assédio.

No combate à violência propôs melhorias no 190 (Central de Atendimento à Mulher); doação de

viaturas à Patrulha Maria da Penha; e implantação de 40 casas de atendimento especializado às vítimas de violência doméstica.

Na educação, anunciou a retomada das obras em creches; educação profissional e tecnológica para mulheres em situação de vulnerabilidade, e distribuição gratuita de absorventes pelo SUS para garantir a dignidade menstrual a todas as meninas e mulheres.

O dia 14 de março foi instituído o Dia Nacional Marielle Franco que será usado para reforçar o enfrentamento à violência política de gênero e de raça.

Revisão do FGTS pode ser votada em 20 de abril

Está agendado para o dia 20 de abril, o julgamento do STF sobre a revisão do FGTS. A decisão será se o rendimento do fundo deverá (ou não) acompanhar a inflação, medida pelo INPC.

Atualmente os valores são corrigidos pela TR (Taxa Referencial) + 3% de juros ao ano, porém como a TR não é reajustada desde 1999, as

quantias só rendem 3% ao ano.

Sindicato já entrou com Processo Coletivo

Em assembleia realizada no dia 10/12/2013, os trabalhadores decidiram entrar com um processo coletivo tendo o Sindicato como substituto processual para todos os metalúrgicos, visando a

recuperação das perdas com correção do FGTS.

Lembramos que este é um processo complexo, onde milhares de ações tramitam em todo o país. Mesmo com o evidente prejuízo aos trabalhadores há poucas decisões favoráveis em 1ª instância; o julgamento pelo STF também já foi agendado e reagendado algumas vezes.

Não caia em conversa fiada

Diferente de outros sindicatos que cobram dos trabalhadores, e de muitos advogados que entraram com ações individuais, nosso processo é coletivo e sem nenhuma cobrança.

O número do processo é 15877.22.2013.4.03.6105 e está na 8ª Vara Federal.

